

Decisão sobre a definição dos valores de água não faturada

Informação:	I-001114/2017
Serviço(s):	Abastecimento de água
Data da decisão:	03 de agosto de 2017

A taxa de recursos hídricos (TRH) foi criada pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação em vigor), e posteriormente disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho (estabelece o regime económico financeiro dos recursos hídricos), visando compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico do Estado, a descarga, direta ou indireta, de efluentes sobre os recursos hídricos, suscetível de causar impacte significativo, a extração de materiais inertes do domínio público hídrico do Estado, a ocupação de terrenos ou planos de água do domínio público hídrico do Estado, a utilização de águas, qualquer que seja a sua natureza ou regime legal, sujeitas a planeamento e gestão públicos, suscetível de causar impacte significativo.

Posteriormente, através da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental) foi aditada uma disposição que prevê que o valor das componentes A, U e S (esta última aditada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio) repercutido sobre o utilizador final pelo sujeito passivo, deverá ser calculado considerando o volume de água não faturada (ANF), incluindo perdas físicas e comerciais verificadas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água. Introduziu-se assim, um mecanismo de incentivo à redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento, o qual limita a repercussão da TRH, e cria um incentivo para as entidades gestoras melhorarem as suas redes.

O mencionado artigo 5.º -A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, prescreveu ainda que cabe à ERSAR estabelecer os valores de água não faturada ANF_a (percentagem de água não faturada pela 'alta') e ANF_b (percentagem de água não faturada pela 'baixa'), aplicáveis a cada tipo de entidade gestora para o ano subsequente, considerando os objetivos de eficiência definidos para

a gestão dos serviços de abastecimento de água, não devendo os valores ser superiores a 0,05 no caso da ANF_a e 0,2 no caso da ANF_b.

No âmbito da avaliação da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, a ERSAR avalia o indicador "Água não faturada" com o objetivo de determinar o nível de perdas económicas e físicas correspondentes à água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser faturada aos utilizadores.

A evolução da média do indicador, a nível nacional, tem apresentado uma evolução positiva conforme as figuras seguintes:

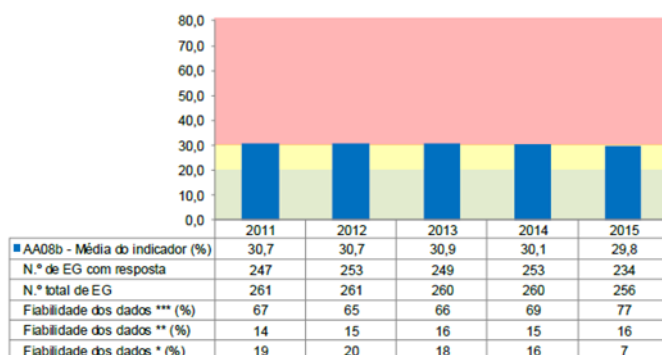


Figura 112. AA08 baixa – Água não faturada (%) – evolução da média do indicador

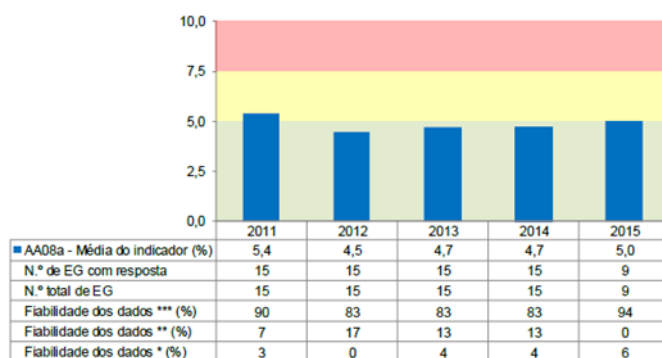


Figura 113. AA08 alta – Água não faturada (%) – evolução da média do indicador

No entanto, após análise da informação reportada pelas entidades gestoras, em 2015, verifica-se que cerca de 82% das entidades gestoras em baixa (209) apresentam o indicador "Água não faturada" com valores superiores a 20% enquanto que 56% das entidades gestoras em alta (5) apresentam valores superiores a 5%.

Tendo em consideração o histórico da média nacional do indicador "Água não faturada" e o número de entidades gestoras que se encontram com valores elevados, a ERSAR, no âmbito das atribuições previstas na alínea e) do artigo 24.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor, propôs manter os valores ANF_a de 0,05 e ANF_b de 0,2 para o ano de 2017, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos no n.º 2 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor.

Tratando-se de matéria com eficácia externa e devido ao número elevado de interessados a ouvir, o que torna impraticável a realização de audiência prévia, submeteu-se o projeto de decisão a procedimento geral de consulta pública, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo), por um prazo de 15 dias úteis, com início a 29 de junho e término a 20 de julho de 2017, no sítio institucional da ERSAR, durante o qual se recebeu a pronuncia da Águas de Portugal com o seguinte comentário: *"Nada temos a opor quanto à decisão da manutenção em 2017 dos limites previstos para 2016, nos termos do n.º 2 do artigo 5º-A do referido diploma"*.

Assim, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos decide manter os valores ANF_a de 0,05 e ANF_b de 0,2 para o ano de 2017, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos no n.º 2 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor.

O Conselho de Administração

Paulo Lopes Marcelo
(Vogal)

Orlando Borges
(Presidente)

Ana Barreto Albuquerque
(Vogal)